



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Protocolo

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Processo nº.: 1103936
Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL
Relator: CONS. CLÁUDIO TERRÃO
Competência: SEGUNDA CÂMARA
Motivo: DISTRIBUIÇÃO AO RELATOR
Data/Hora: 09/07/2021 16:37:27



Processo nº: 1.103.936

Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal

Jurisdição: Município de Arapuá

Responsável: Joao Batista Terto da Cunha

Exercício Financeiro: 2020

Trata-se de prestação de contas anual do Senhor Joao Batista Terto da Cunha, chefe do Poder Executivo do Município de Arapuá, relativa ao exercício financeiro de 2020, analisada pelo Órgão Técnico, nos termos da Instrução Normativa nº 04/17.

Encaminho os autos à **Secretaria da Segunda Câmara** a fim de que, com base nos princípios do contraditório e da ampla defesa, promova a citação do Senhor Joao Batista Terto da Cunha, prefeito municipal de Arapuá, para, querendo, apresentar as alegações que entender pertinentes acerca dos fatos apontados no relatório da Unidade Técnica (peças nºs 02/17), no prazo de 30 (trinta) dias.

O responsável deverá ser informado de que a defesa deverá ser apresentada em meio eletrônico e que, nos termos do disposto no art. 7º da Instrução Normativa nº 04/2017, se for necessária a substituição de dados enviados por meio do SICOM, esta deverá ser acompanhada de petição fundamentada, de documentação para comprovação da necessidade de correções de dados, com reenvio completo no prazo de abertura de vista.

Com a citação deverá ser disponibilizado acesso ao conteúdo do relatório técnico.

Manifestando-se o responsável, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Análise de Contas de Governo Municipais para reexame. Após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para parecer conclusivo.

Transcorrido o prazo *in albis*, ao Órgão Ministerial.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

Cláudio Couto Terrão
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria da 2ª Câmara

Ofício nº 17.654/2021 – Secretaria da 2ª Câmara

Belo Horizonte, 4 de outubro 2021.

Senhor Prefeito,

Nos termos do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, Relator dos autos de nº **1.103.936 – Prestação de Contas do Município de Arapuá**, exercício 2020, comunico que foi determinada a **citação** de V. Exa., nos termos regimentais, concedendo-lhe vista dos autos para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, apresente as alegações que entender pertinentes acerca dos fatos apontados no relatório da Unidade Técnica (peças nºs 02/17).

Informo-lhe que o referido processo é ELETRÔNICO, podendo ser consultado e acompanhado em tempo real por meio do sistema e-TCE, disponível no portal deste Tribunal na internet, e ainda que a defesa e demais documentos ou petições deverão ser subscritos por V. Exa. ou por procurador devidamente constituído, conforme *caput* do art. 164 da Resolução nº 12, de 2008 (RITCEMG), **assinados eletronicamente e protocolizados exclusivamente via e-TCE**, conforme determina o § 2º do art. 2º da Portaria n.º 17/Pres./2021, dispensado o envio pelos Correios, por e-mail ou outros meio, respeitado o tamanho máximo de 20MB por arquivo eletrônico que vier a ser encaminhado.

Caso haja dificuldade técnica para acessar o processo pelo sistema e-TCE, poderá ser utilizada, alternativamente, a ferramenta **Vista Eletrônica de Processos**, disponível no mesmo local citado acima, informando a chave de acesso única gerada para este ofício: **8490173783**.

Cientifico-lhe que, caso seja necessária a alteração de dados nas remessas enviadas via Sicom V. Exa. poderá adotar os procedimentos de substituição de remessa disponíveis no Portal do SICOM, nos termos da Instrução Normativa n. 04/2017, utilizando-se do Passo a Passo Para Autorizar Substituta da PCA (aba "Orientações"). As substituições somente poderão ser realizadas a partir da juntada do Aviso de Recebimento (A.R.) deste ofício dos autos, o que pode ser acompanhado por meio do E-TCE.

Atenciosamente,

Alexandre Pires de Lima
Diretor
(assinado eletronicamente)

Exmo. Sr.
João Batista Terto da Cunha
Prefeito do Município de Arapuá



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

TCEMG - SECRETARIA DA 2 CAMARA

Num.Oficio:17654/2021

Proc./Doc.: 1103936

Destinatario:

JOAO BATISTA TERTO DA CUNHA

Endereco:

PRACA SAO JOAO BATISTA - 111 - PREFEITURA

CENTRO

38860000 - ARAPUA - MG



202117654

DESTINATAIRE

UF

PAIS / PAYS

DECLARADO / VALEUR DÉCLARÉ

IDENTIFICATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

Mat: 13479

08/10/21

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Silvina da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

EL 08/10/21



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

SILVINA

114 x 186 mm



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

BR 25837828 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTAGE

UNIDADE DE DESTINO / UNIT OF DESTINATION

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	:	:
h	h	h

ENDERECO PARA DEVOLUCAO / RETOUR

PROFESSOR EM LETRA DE FORMA / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPEDITEUR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1315
CEP 30380-435 - BELO HORIZONTE-MG

UF BRASIL BRESIL





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DA SEGUNDA CÂMARA



Processo n. : 1103936

Data: 25/11/2021

CERTIDÃO DE MANIFESTAÇÃO

(Art. 166, § 8º, da Resolução n. 12/2008)

Certifico a manifestação da(s) parte(s) abaixo relacionada(s), em atendimento ao despacho de fl. /peça 18.

JOAO BATISTA TERTO DA CUNHA

Robson Eugênio Pires
Gestor(a) em exercício
(assinado eletronicamente)





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DA SEGUNDA CÂMARA



Processo n. : 1103936

Data: 25/11/2021

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Encaminho os presentes autos à(ao) COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAIS em cumprimento à determinação de fl(s). /peça 18.

Robson Eugênio Pires
Gestor(a) em exercício
(assinado eletronicamente)





Processo nº: 1.103.936

Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal

Jurisdicionado: Município de Arapuá

Responsável: João Batista Terto da Cunha

Exercício Financeiro: 2020

Trata-se de prestação de contas anual do Senhor Joao Batista Terto da Cunha, chefe do Poder Executivo do Município de Arapuá, relativa ao exercício financeiro de 2020, analisada pelo Órgão Técnico, nos termos da Instrução Normativa nº 04/17.

À vista do relatório técnico produzido, encaminho os autos ao **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas** para emissão de parecer conclusivo, nos termos do disposto no art. 61, IX, a, do Regimento Interno do Tribunal.

Belo Horizonte, 19 de julho de 2022.

Cláudio Couto Terrão
Conselheiro Relator



Processo n.: 1.103.936
Natureza: Prestação de Contas do Município de Arapuá
Exercício: 2020
Responsável: João Batista Terto da Cunha
Entrada no MPC: 20/07/2022

PARECER

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

1. Tratam os presentes autos da prestação de contas do exercício de 2020 do Município acima mencionado, enviada ao Tribunal de Contas por meio do SICOM (Sistema Informatizado de Contas do Município).
2. Os dados foram analisados pelo órgão técnico, que apontou o descumprimento do art. 2, §2º, da Instrução Normativa do TCE/MG n. 04/2017, em razão da não apresentação do relatório de Controle Interno (peça 2).
3. Citado, o gestor responsável apresentou defesa (peça 21).
4. Após reexame técnico (peça 23), vieram os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação conclusiva.
5. É o relatório, no essencial.

MÉRITO

6. A presente prestação de contas submete-se ao escopo estabelecido pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais por meio da Ordem de Serviço Conjunta n. 01, de 26 de fevereiro de 2021¹.

¹ Art. 1º Para fins de emissão de parecer prévio, será examinado no processo de prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício financeiro de 2020, o seguinte escopo:

I – cumprimento do índice constitucional relativo às ações e serviços públicos de saúde;

II – cumprimento do índice constitucional relativo à manutenção e desenvolvimento do ensino;

III – cumprimento dos limites de despesas com pessoal, fixados nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV – cumprimento do limite definido no art. 29-A da Constituição da República para repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal;

V – cumprimento das disposições previstas nos incisos V e VII do art. 167 da Constituição da República e nos arts. 42 e 43 da Lei nº 4.320, de 1964, quando da abertura de créditos adicionais;

VI – cumprimento das disposições previstas no inciso II do art. 167 da Constituição da República e no art. 59 da Lei nº 4.320, de 1964, quando da execução dos créditos orçamentários e adicionais;

VII – cumprimento das disposições previstas no parágrafo único do art. 8º e inciso I do art. 50, ambos da Lei Complementar nº 101, de 2000, para os recursos vinculados a finalidade específica;

VIII – cumprimento dos limites da dívida consolidada líquida estabelecidos no art. 3º, II da Resolução n. 43/01 do Senado Federal, bem como da verificação do prazo de recondução previsto no art. 31 da lei Complementar n.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2871851

GESTÃO MUNICIPAL – ICMSI, COMITÊ DE CONTABILIDADE ESTABELECIDO ANUALMENTE POR ATO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL,



7. Utilizando este ato normativo como parâmetro, a unidade técnica apurou o que se segue:

➤ **Créditos orçamentários e adicionais**

8. A unidade técnica registrou que a abertura de créditos orçamentários e adicionais obedeceu ao disposto no art. 167, incisos II, V e VII, da Constituição da República e nos artigos 42, 43 e 59 da Lei Federal n. 4.320/1964 c/c o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF).

➤ **Repasso ao Poder Legislativo**

9. O repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal, no montante de R\$728.302,04 (5,21%), observou o limite de 7% da receita base de cálculo, em conformidade com o art. 29-A, inciso I, da Constituição da República.

➤ **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**

10. No tocante à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), o Município aplicou R\$4.386.827,27, o que representa 30,09% da receita base de cálculo, em cumprimento ao art. 212 da Constituição da República.

➤ **Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)**

11. No exercício em análise, o município aplicou R\$3.468.587,62 nas ações e serviços públicos de saúde (ASPS), o que representa 25,10% da receita base de cálculo, em cumprimento ao art. 198, §2º, III da Constituição da República c/c art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012.

➤ **Despesas com pessoal**

12. Da mesma forma, foram observados os limites referentes às despesas com pessoal, nos termos dos artigos 19, inciso III, e 20, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

➤ **Dívida consolidada líquida**

13. O art. 3º da Resolução n. 40/2001 do Senado Federal – que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no artigo 52, VI e IX, da Constituição Federal – estabelece:

Art. 3: A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de



publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: (Vide Resolução nº 20, de 2003)

I - no caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2; e

II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2.

14. O município apresentou uma dívida de 12,2% da Receita Corrente Líquida Ajustada, tendo sido obedecido o percentual estabelecido pela Resolução n. 40/2001 do Senado Federal.

➤ **Operações de crédito**

15. O art. 7º da Resolução n. 43/2001 do Senado Federal – que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências – estabelece:

Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4;

16. O município apresentou um total de operações de crédito que corresponde a 0% da Receita Corrente Líquida Ajustada, tendo sido obedecido o percentual estabelecido pela Resolução n. 43/2001 do Senado Federal.

➤ **Relatório de controle interno**

17. Segundo apurado no exame inicial, o relatório de controle interno não foi apresentado a tempo e modo, configurando o descumprimento do art. 2, §2º, da Instrução Normativa do TCE/MG n. 04/2017, o que poderia ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas.

18. Citado, o gestor municipal apresentou defesa, na qual aduziu erro na remessa da documentação exigida e sua posterior substituição, após autorização do setor técnico responsável (peça 21).

19. O reexame técnico concluiu pela aprovação das presentes contas com ressalvas, tendo em vista que o relatório de controle interno foi apresentado apenas como anexo da defesa (peça 23).

20. Contudo, em consulta ao SICOM, verifica-se que o gestor anexou o referido documento extemporaneamente, em 20 de agosto de 2021, de modo que a irregularidade pode ser afastada, no entender deste órgão ministerial.

21. O gestor apresentou defesa e relatório de controle interno obedecendo, parcialmente, as

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2871851



➤ **Acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação**

22. Ainda, na esteira dos esforços empreendidos pela Corte de Contas mineira para controlar qualitativamente o gasto educacional tendo como norte as metas e estratégias traçadas no **Plano Nacional de Educação (PNE – Lei Federal n. 13.005, de 25/06/2014)**, a Ordem de Serviço Conjunta TCE/MG n. 01/2020, embora mantenha o “escopo” reduzido de análise da prestação de contas anual, consigna expressamente em seu art. 2º que “o Tribunal, no âmbito do processo de prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício de 2020, acompanhará o cumprimento das metas 1 e 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal n. 13.005, de 2014”.

23. De fato, a **educação infantil (meta 1)** e a **valorização dos profissionais da educação básica (meta 18)** são consideradas por muitos especialistas os aspectos mais prioritários e importantes do PNE, o que justifica o acompanhamento dessas metas no bojo do processo de prestação de contas anual, tendo em vista a possibilidade dos Tribunais de Contas atuarem não apenas de forma repressiva, mas, sobretudo, pedagógica, contribuindo para a qualificação do planejamento e do gasto em educação, cumprindo, assim, **papel indutor decisivo na melhoria da educação pública**.

24. No caso em exame, o relatório técnico analisou as metas do PNE e chegou à seguinte conclusão:

METAS PNE	SITUAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020
Meta 1-A: Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (100%)	89,29%
Meta 1-B: Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos de idade, até 2024	34,17%
Meta 18: Observância do piso salarial nacional profissional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal c/c o §1º do art. 2º da Lei Federal n. 11.738, de 2008.	Sem registros

25. Com relação à meta 18, sabe-se que o Ministério da Educação, atualizando o valor estabelecido na Lei Federal n. 11.738/2008, fixou, para o exercício de 2020, o valor do PSPN (piso salarial profissional nacional) do magistério público da educação básica em **R\$ 2.886,24 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos)**, considerando uma carga horária de **40 horas semanais²**.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2871851

² - Portaria Interministerial MEC/MPF n. 04/2019, de 27 de dezembro de 2019.



26. Até a data da consolidação das contas municipais, os dados relativos ao I-EDUC não foram encaminhados ao Tribunal de Contas, de modo que não há como verificar se o Município observava o piso salarial nacional no exercício de 2020.

27. Além do enorme desafio que o Brasil já enfrentava para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação e melhorar a qualidade de sua educação pública, o ano de 2020 foi particularmente difícil devido à pandemia da COVID-19, que assolou o mundo inteiro e desestruturou diversas políticas públicas. No âmbito da educação, o impacto da suspensão das aulas foi de diversas ordens: desde a perda de aprendizado escolar, ausência/deficiência de conectividade e restrição alimentar até a evasão de estudantes.

28. A exclusão escolar, que já era um problema no âmbito da educação pública, foi agravada com a pandemia da COVID-19. De acordo com o estudo “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação”, lançado pelo UNICEF em 29 de abril de 2021, em parceria com o Cenpec Educação, em novembro de 2020 quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente) no Brasil. A eles, somam-se outros 3,7 milhões que estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram se manter aprendendo em casa. No total, 5,1 milhões tiveram seu direito à educação negado em novembro de 2020.

29. **Isso significa que o Brasil corre o risco de regredir duas décadas no acesso de meninas e meninos à educação.** O estudo está disponível no endereço <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>.

30. A obrigação do órgão de educação de realizar a **busca ativa de crianças e adolescentes**, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, está prevista nas estratégias 1.15 (educação infantil) e 2.5 (ensino fundamental) do Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/2014).

31. Ainda, o art. 208 da Constituição é bastante claro quanto à responsabilidade do poder público pelo não-oferecimento do ensino obrigatório, *in verbis*:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

32. Nesse sentido, o Ministério Público de Contas, em parceria com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, enviou ofícios a todos os municípios mineiros orientando a respeito da **adesão à plataforma “Busca Ativa Escolar”**, que está disponível no endereço <https://buscaativaescolar.org.br/>, ferramenta desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de



Saúde (Conasems). A campanha conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB).

33. A fim de reforçar a orientação, pugna este órgão ministerial pela recomendação, no bojo do parecer prévio desta prestação de contas de governo, para que o Município realize a busca ativa de crianças e adolescentes, obrigação expressa no Plano Nacional de Educação, mais especificamente nas metas 1 e 2, estratégias 1.15 e 2.5, respectivamente.

34. Portanto, **opina o Ministério Público de Contas, desde já, que seja emitida recomendação**, no bojo do parecer prévio desta prestação de contas de governo, para que o **Município**: (i) se planeje adequadamente, visando ao cumprimento das metas 1-A, 1-B e 18 do PNE, que se referem à expansão de vagas na pré-escola e creche e ao pagamento do piso salarial nacional profissional, tudo com fulcro no art. 206, inciso VIII, no art. 208, inciso IV, da Constituição da República c/c Lei Federal n. 13.005/2014 (PNE) e Lei n. 11.738/2008; (ii) realize a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola pelas mais diversas razões, em cumprimento aos art. 206, inciso I e art. 208, §2º da CR/88 e à Lei Federal n. 13.005/2014.

CONCLUSÃO

35. Conclui-se, portanto, que, sob a ótica normativa atualmente vigente neste Tribunal de Contas, **não foram verificadas irregularidades nas contas prestadas pelo gestor público.**

36. Ressalte-se, todavia, que qualquer outro ponto da execução orçamentária, financeira e patrimonial poderá ensejar outras ações de controle deste Tribunal.

37. Ante o exposto, com fulcro nos dados lançados no sistema SICOM pelo próprio agente responsável e na análise feita pelo órgão técnico deste Tribunal, **o Ministério Público de Contas OPINA:**

- a) **pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas municipais**, nos termos do art. 45, inciso I, da Lei Orgânica do TCE/MG;
- b) **pela recomendação**, no bojo do parecer prévio desta prestação de contas de governo, para que o **Município**:
 - b.1)** se planeje adequadamente, visando ao cumprimento das metas 1-A, 1-B e 18 do PNE, que se referem à expansão de vagas na pré-escola e creche e ao pagamento do piso salarial nacional profissional, tudo com fulcro no art. 206, inciso VIII, no art. 208, inciso IV, da Constituição da República c/c Lei Federal n. 13.005/2014 (PNE) e Lei n. 11.738/2008;
 - b.2)** realize a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola pelas mais diversas razões. em cumprimento aos art. 206. inciso



b.3) pela recomendação, no bojo do parecer prévio desta prestação de contas de governo, para que os próximos relatórios de controle interno sejam enviados dentro do prazo legal estabelecido, por meio do SICOM, bem como contemplem todos os aspectos estabelecidos em atos normativos deste Tribunal.

38. É o parecer.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2022.

Cristina Andrade Melo

Procuradora do Ministério Público de Contas
(Assinado digitalmente)

Processo: 1103936
Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
Procedência: Prefeitura Municipal de Arapuá
Responsável: João Batista Terto da Cunha
Exercício: 2020
MPTC: Cristina Andrade Melo
RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO

SEGUNDA CÂMARA – 27/10/2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXECUTIVO MUNICIPAL. PARECER PRÉVIO. APROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOMENDAÇÕES.

Tendo sido constatado o cumprimento dos índices constitucionais da educação e da saúde, o respeito aos limites constitucionais e legais estabelecidos para o repasse de recursos ao Poder Legislativo, para os gastos com pessoal, para o endividamento e para a realização de operações de crédito, bem como a regularidade da execução orçamentária e da abertura de créditos adicionais, deve ser emitido parecer prévio pela aprovação das contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2020, com fulcro no art. 45, I, da Lei Orgânica e no art. 240, I, do Regimento Interno.

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, deliberam os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) emitir **PARECER PRÉVIO** pela aprovação das contas anuais de responsabilidade do Senhor João Batista Terto da Cunha, chefe do Poder Executivo do Município de Arapuá no exercício de 2020, com fundamento no disposto no art. 45, I, da Lei Orgânica e no art. 240, I, do Regimento Interno;
- II) recomendar ao atual chefe do Poder Executivo que:
 - a) aprimore o processo de planejamento, de forma que o orçamento represente o melhor possível as demandas sociais e as ações de governo, evitando expressivos ajustes orçamentários, mediante a utilização de altos percentuais de suplementação via créditos;
 - b) empenhe e pague as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) utilizando somente a fonte de receita 101 e as despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) utilizando somente a fonte de receita 102, bem como movimente os recursos correspondentes em contas correntes bancárias específicas, identificando-os e escriturando-os de forma individualizada por fonte (recursos que integram a receita base de cálculo), conforme parâmetros utilizados no Sicom, estabelecidos na Instrução Normativa (IN) nº 05/11, alterada pela IN nº 15/11, e consoante o disposto no inciso I do art. 50 da Lei Complementar nº 101/00, nos §§ 6º e 8º do art. 1º da IN nº 13/08, no

Comunicado Sicom nº 35/14, na Lei nº 8.080/90 e na Lei Complementar nº 141/12 c/c os arts. 2º, §§ 1º e 2º, e 8º da IN nº 19/08;

- c) nos próximos exercícios, as projeções de despesas se adequem às reais necessidades do Legislativo, evitando a superestimação de gastos e a conseqüentemente, a obscuridade do processo de planejamento do orçamento municipal;
- d) informe os valores corretamente, conforme a realidade ocorrida no Município, para que não haja divergência entre as informações de repasse de recursos à Câmara Municipal e devolução de numerários em relação ao informado pelo Poder Legislativo;
- e) planeje-se adequadamente, visando ao cumprimento das Metas 1-A, 1-B e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE), com fulcro no art. 206, inciso VIII, no art. 208, incisos I e IV, da Constituição da República c/c art. 6º da Emenda Constitucional nº 59/09, na Lei nº 13.005/14 (PNE) e na Lei nº 11.738/08;
- f) adote medidas hábeis a proporcionar o envio tempestivo das respostas aos questionários que compõem o IEGM.

III) recomendar ao chefe do Poder Legislativo que:

- a) aprimore o processo de planejamento, de forma que o orçamento represente o melhor possível as demandas sociais e as ações de governo, evitando expressivos ajustes orçamentários, mediante a utilização de altos percentuais de suplementação via créditos adicionais;
- b) nos próximos exercícios, as projeções de despesas se adequem às reais necessidades do Legislativo, evitando a superestimação de gastos e a conseqüentemente, a obscuridade do processo de planejamento do orçamento municipal;
- c) informe os valores corretamente, conforme a realidade ocorrida no Município, para que não haja divergência entre as informações de repasse de recursos à Câmara Municipal e devolução de numerários em relação ao informado pelo Poder Executivo;
- d) no julgamento das contas, seja respeitado o devido processo legal, assegurando à responsável o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), devendo a decisão proferida ser devidamente motivada, com explicitação de seus fundamentos, sob pena de nulidade;

IV) determinar a intimação do responsável acerca do teor deste parecer prévio;

V) determinar que se dê ciência do inteiro teor deste parecer, por via postal, aos presidentes da Câmara Municipal e do Conselho Municipal de Educação, a fim de que acompanhem a realização das Metas 1-A e 1-B do PNE, e ao presidente do Conselho do Fundeb, em âmbito local, para que verifique continuamente o cumprimento da Meta 18 do PNE, adotando as medidas cabíveis em sua esfera de competências;

VI) determinar a comunicação da Presidência desta Corte para adoção das medidas que
ente Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095
irio do IEGM, especialmente diante do disposto na Resolução nº 06/16 e na Instrução Normativa nº 01/16, ambas deste Tribunal;

VII) determinar o arquivamento dos autos, após a promoção das medidas legais cabíveis à espécie.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo 1103936 – Prestação de Contas do Executivo Municipal
Inteiro teor do parecer prévio – Página 3 de 14

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro em exercício Adonias Monteiro e o Conselheiro Presidente Wanderley Ávila.

Presente à sessão a Procuradora Maria Cecília Borges.

Plenário Governador Milton Campos, 27 de outubro de 2022.

WANDERLEY ÁVILA
Presidente

CLÁUDIO COUTO TERRÃO
Relator

(assinado digitalmente)



NOTAS TAQUIGRÁFICAS
SEGUNDA CÂMARA – 27/10/2022

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

I – RELATÓRIO

Trata-se da prestação de contas anual do Senhor João Batista Terto da Cunha, chefe do Poder Executivo do Município de Arapuá no exercício de 2020.

A Unidade Técnica realizou seu exame nos termos da Instrução Normativa (IN) nº 04/17 e da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/21, tendo apontado em seu estudo (peça nº 2) a falta de envio do Relatório de Controle Interno, conforme o disposto no art. 2º, § 2º, da referida IN (peça nº 2).

Citado, o responsável encaminhou a esta Corte de Conta o referido documento (peça nº 21), tendo a Unidade Técnica concluído pelo saneamento da impropriedade e pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas (peça nº 23).

O Ministério Público junto ao Tribunal (MPC) opinou pela aprovação das contas, com base no art. 45, I, da Lei Orgânica, com as recomendações constantes do seu parecer (peça nº 27).

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Passa-se à análise dos itens que compõem o escopo desta prestação de contas, nos termos da Ordem de Serviço Conjunta nº 01/21, ressaltando que as informações foram obtidas a partir de dados enviados por meio do Sistema Informatizado de Contas Municipais (Sicom).

II.1 – Execução Orçamentária e abertura de créditos adicionais

O controle sobre a execução orçamentária nos presentes autos compreende a análise atinente à consumação do orçamento público municipal durante o ano, frente ao que se encontrava previsto. Salienta-se que o ciclo orçamentário é composto por quatro fases: (i) elaboração; (ii) aprovação; (iii) execução e (iv) controle. As duas primeiras fases compõem a etapa de planejamento, durante a qual ocorre a elaboração do orçamento com a participação tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, o qual, ao final, aprova a Lei Orçamentária Anual (LOA), fixando o orçamento que será executado pelo prefeito no ano seguinte. A execução ocorre quando esse plano é posto em prática, por meio da arrecadação de receitas e da realização de despesas. Por fim, o controle, que pode ser exercido por diversos atores e meios, materializa-se, também, neste procedimento constitucionalmente previsto de prestação de contas anual.

Depois de fixado, o orçamento pode sofrer alterações, acréscimos ou reduções, desde que eles não desvirtuem a proposta aprovada originalmente e que observem o regramento normativo aplicável. Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095 vem nortear a gestão pública.

Dentre os mecanismos previstos em lei para execução de tais ajustes, os créditos adicionais são os mais frequentemente manejados, razão pela qual apresenta-se, a seguir, um panorama da gestão municipal nesse aspecto:

Dispositivo legal	Exigência	Atendido pelo Município
Art. 42 da Lei nº 4.320/64, art. 167, V, da CR/88	Existência de lei para abertura de créditos adicionais.	SIM
Art. 43 da Lei nº 4.320/64, art. 167, V, da CR/88	Existência de recursos para realização da despesa.	SIM
Art. 59 da Lei nº 4.320/64, art. 167, II, da CR/88	A realização de despesas não pode ser superior aos créditos concedidos.	SIM

A Unidade Técnica constatou, portanto, que o empenhamento das despesas não excedeu ao limite dos créditos concedidos, foi devidamente comprovada a suficiência de recursos para abertura dos créditos adicionais, os quais foram precedidos de leis autorizativas, atendendo às disposições do art. 167, II e V, da CR/88 e dos arts. 42, 43 e 59 da Lei nº 4.320/64.

Conforme mencionado, o processo de elaboração da LOA deve estar alinhado aos princípios do planejamento e da transparência, de forma que o orçamento represente, o melhor possível, as demandas sociais e as ações de governo, evitando-se expressivos ajustes orçamentários. Os créditos adicionais abarcam os suplementares, especiais e extraordinários, sendo que, neste exame, foi verificada a abertura de créditos suplementares, utilizados para reduzir ou acrescentar recursos em uma dotação orçamentária já prevista no orçamento, e de créditos especiais, empregados para dotações orçamentárias não previstas.

O quadro a seguir apresenta um resumo das informações relativas à execução orçamentária do município no exercício de 2020, a partir dos dados consignados no relatório técnico, indicando o percentual total de alteração realizada no orçamento em relação ao previsto, mediante a abertura de créditos suplementares e especiais:

Orçamento Previsto ¹	Créditos Concedidos ² (Orçamento Previsto + Acréscimos e reduções)	Créditos Suplementares	Créditos Especiais	Percentual de alteração do Orçamento Previsto, por meio de Créditos Adicionais
R\$20.000.000,00	R\$ 21.357.505,23	R\$5.402.593,67	R\$26.000,00	27,14%

Observa-se que a Lei Orçamentária Anual nº 722/19 – LOA previu, originalmente, em 30% o percentual de alteração do orçamento, utilizando-se os créditos suplementares.

Não obstante a ausência de regulamentação quanto ao limite de suplementação de créditos orçamentários, a ordem jurídico-orçamentária pátria não se coaduna com a previsão de altos percentuais de alteração do orçamento, o que configura, na verdade, ausência de adequado planejamento.

Diante disso, recomendo à atual Administração Municipal que aprimore o processo de planejamento, de forma que o orçamento represente, o melhor possível, as demandas sociais e as ações de governo evitando expressivos ajustes orçamentários mediante a utilização de altos percentuais.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095

¹ Fixado na LOA.

² A anulação de dotações é uma das fontes para abertura de créditos adicionais, razão pela qual a abertura de créditos adicionais não necessariamente implica em acréscimo ao orçamento previsto na LOA.

Do mesmo modo, recomendo ao Poder Legislativo que, ao apreciar e votar o Projeto de Lei Orçamentária Municipal, observe com cautela os índices de autorização para suplementação de dotações pelo Município para que a prática vigente não se repita.

II.2 – Repasse ao Poder Legislativo

No âmbito municipal, compete ao prefeito realizar o repasse de recursos financeiros para funcionamento da Casa Legislativa. Para realização desse cálculo, o art. 29-A da CR/88 estabeleceu receita base de cálculo, realizada no ano anterior, da qual se deve repassar um determinado percentual, que varia de 3,5% a 7%, a depender do número de habitantes do município.

Nesse aspecto, a Unidade Técnica verificou o cumprimento do limite fixado no inciso I do art. 29-A da CF/88, equivalente a 7,00%, tendo sido transferido ao Legislativo Municipal a quantia de R\$728.302,04 (setecentos e vinte e oito mil trezentos e dois reais e quatro centavos), correspondente ao percentual de 5,21% da receita base de cálculo.

Ressalte-se que a obtenção desse percentual considerou o valor total repassado (R\$1.082.577,19), com a dedução do numerário devolvido (R\$354.275,15), mas se desconsiderada essa dedução, o repasse ao Poder Legislativo teria alcançado 7,74% da receita base de cálculo.

Embora, sob essa ótica, vislumbre-se possível desatenção ao limite estabelecido pelo preceito constitucional, conforme salientou o conselheiro-substituto Telmo Passareli, na sessão de 29/09/22³, a apuração do montante repassado à Câmara Municipal não pode ser realizada de forma simplista e unilateral, considerando apenas a conduta do chefe do Poder Executivo, e ignorando as devoluções e a forma como elas ocorreram pelo Poder Legislativo. A interpretação das disposições contidas no art. 29-A deve ser feita de forma sistêmica e harmônica, considerando a atuação de ambos os Poderes, que têm a responsabilidade de observar as disposições legais e constitucionais pertinentes, promovendo as adequações necessárias.

A própria redação do art. 29-A da CR/88, reproduzida a seguir, indica a imposição de obrigações aos chefes de ambos os poderes:

Art. 29-A. **O total da despesa do Poder Legislativo Municipal**, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, **não poderá ultrapassar os seguintes percentuais**, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

³ Prestação de Contas do Executivo Municipal nº1.012.796, Prefeitura Municipal de Onça de Pitangui, exercício de 2016. Parecer prévio pela aprovação das contas. Segunda Câmara. Sessão do dia 29/09/22.

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.

Da leitura do dispositivo em tela, verifica-se que o objetivo do legislador constitucional é conter os gastos do Poder Legislativo a um montante razoável, estabelecendo para isso um limite percentual incidente sobre a receita tributária e de transferências do exercício anterior, de acordo com a população da municipalidade. Além disso, fixa parâmetro para os gastos com pessoal da Câmara Municipal (70% da receita) e tipifica como crime determinadas condutas dos chefes do Executivo e do Legislativo que contribuam para o descumprimento desses limites ou que fragilizem a independência entre os Poderes.

Do ponto de vista do chefe do Poder Executivo, fica claro que ele não deve repassar numerário que supere o limite previsto na norma, mas ao mesmo tempo não pode transferir recursos em valor inferior ao previsto na Lei Orçamentária, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

A aprovação da Lei Orçamentária, no entanto, ocorre sem que se tenha conhecimento exato do “somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior”, isto é, da base de cálculo sobre a qual deve incidir o percentual previsto no art. 29-A da CR/88.

Isso exige do prefeito e do presidente da Câmara que promovam adequações ao longo do exercício, de modo a viabilizar a observância da norma constitucional em destaque.

Consoante salientado pelo conselheiro substituto Telmo Passareli, nos autos do Processo nº 1.012.796, “os ajustes necessários poderão ser realizados por meio de critérios e formas de limitação de empenho previstos na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], alterações da LOA [Lei Orçamentária Anual], acordo bilateral ou judicialmente”.

No presente caso, a Lei Municipal nº 722, de 25/10/19, LOA, previu despesas para o Poder Legislativo da ordem de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o Poder Executivo realizou repasse no montante total de R\$1.082.577,19 (um milhão oitenta e dois mil quinhentos e setenta e sete reais e dezenove centavos).

Esse valor repassado representa 7,74% da receita base de cálculo, o que em tese superaria o limite fixado.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095

Todavia, o “Demonstrativo das Transferências Financeiras” extraído do Sicom e juntado à peça nº 30, evidencia, mês a mês, os repasses do Executivo e as devoluções efetuadas pelo Legislativo, indicando que os recursos excedentes foram efetivamente devolvidos mensalmente, não se configurando, nos planos contábil e financeiro, a extrapolação do limite, especialmente porque as devoluções retornaram ao caixa único do Tesouro no mesmo exercício. Em outras palavras, não houve a consumação do descumprimento ao limite constitucional, uma vez que houve o devido retorno dos recursos eventualmente repassados a maior, tendo ocorrido

compensação até o limite das devoluções, conforme previsto no art. 368 do Código Civil⁴, aqui invocado subsidiariamente.

Quanto a esse ponto, entendo pertinente reproduzir parte das orientações constantes nas Consultas nºs 896.488 e 898.307, apreciadas na sessão do dia 11/12/13, que trataram da devolução da “sobra de caixa” e respectiva contabilização, dentre outros temas.

Nas Consultas mencionadas, foi formulada questão, respondida nos seguintes termos:

“se na hipótese de o Município repassar a menor, durante determinado exercício, o valor do duodécimo à Câmara Municipal, pode ele, sob a forma de compensação, restituir ao Legislativo, no exercício seguinte, a diferença complementativa detectada, frente às leis que regem as finanças públicas”.

Diante da ambiguidade da expressão “sob a forma de compensação”, enfocarei a questão sob os dois possíveis ângulos de interpretação.

Se tomada a expressão em seu sentido estrito, isto é, consubstanciada na extinção de duas obrigações recíprocas, até onde se compensarem (art. 368 do Código Civil), a única hipótese prática em que vislumbro tal possibilidade é naquela em que a Câmara Municipal não utiliza a totalidade dos recursos repassados pelo Poder Executivo durante o exercício financeiro.

Nessa hipótese, se não houver a devolução da sobra de caixa pela Câmara ao final do exercício, poderá o Poder Executivo, nos primeiros meses do exercício seguinte – ou até quando for necessário –, efetuar a compensação dos valores não devolvidos com o duodécimo a ser repassado à Câmara.

Todavia, se tomada a expressão no sentido de se repassar, no exercício corrente, o que deveria ter sido repassado no exercício anterior, basta que o Chefe do Executivo firme acordo com o Chefe do Legislativo, no intuito de liquidar o passivo da Câmara, no limite do que foi lançado em restos a pagar pelo Legislativo, como respondido acima.

Pela similitude com o tema, convém citar, ainda, o entendimento adotado na Consulta nº 812490, de 27/10/10, *verbis*:

Quanto às questões sobre os ajustes financeiros decorrentes de repasses a maior ou menor de duodécimos, em exercícios anteriores, esclarecemos que poderão ser efetivados sob acordo entre o Executivo e o Legislativo, admitindo-se, inclusive, a compensação entre parcelas a receber no exercício em curso.

No que se refere especificamente à contabilização desses recursos, entendo oportuno destacar as orientações constantes na Nota Técnica SEI Nº 34054/2021/ME⁵, expedida em 22/07/21, pela Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, do Ministério da Economia, que, no Anexo I, contém o roteiro para contabilização dos repasses de duodécimos, inclusive devoluções. Essas devoluções estão previstas no art. 168, *caput* e § 2º, da Constituição Federal⁶, que tratam da entrega dos duodécimos dos recursos orçamentários e da devolução dos saldos não utilizados pelos diversos órgãos dos entes federativos:

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095

⁴ Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem

⁵ Orientações para a operacionalização e a contabilização das situações apresentadas na Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que estão relacionadas às normas gerais para consolidação das contas públicas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

⁶ Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. (Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

[...]

§ 2º O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma do *caput* deste artigo deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. (Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

[...]

§ 2º O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma do *caput* deste artigo deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente federativo, ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Portanto, a teor da documentação examinada, o excesso repassado foi devolvido aos cofres municipais no mesmo exercício financeiro, inexistindo, por isso, mácula capaz de contaminar a apreciação das contas do gestor. Isso porque os gastos do Poder Legislativo não ultrapassaram o limite previsto no inciso I do art. 29-A da Constituição, tendo a Câmara realizado o necessário contingenciamento de gastos e devolvido ao Executivo as parcelas não utilizadas, preservando o equilíbrio das contas públicas e a harmonia entre os poderes. Desse modo, a finalidade precípua da norma constitucional foi atingida no exercício de 2020.

Apesar de atendidos os parâmetros legais, há de ser salientado que os recursos não utilizados pelo Legislativo (R\$354.275,15) representaram 36,19% dos 7% constitucionalmente previstos (R\$978.887,33) e a 32,72% do repasse efetuado (R\$1.082.577,19). Verifica-se, também, que a LOA fixou as despesas gerais do Legislativo em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), enquanto as despesas executadas totalizaram R\$729.500,05 (setecentos e vinte e nove mil e quinhentos reais e cinco centavos), conforme o “Comparativo da Despesa Fixada com a Executada da Câmara Municipal”, constante no Sicom. Esses fatos denotam que houve superestimação dos gastos fixados para o referido Poder e tendo em vista que a LOA advém da consolidação das propostas orçamentárias de ambos os Poderes do município, entendo adequado expedir recomendações aos atuais prefeito e presidente da Câmara Municipal para que, nos próximos exercícios, as projeções de despesas se adequem às reais necessidades do Legislativo, evitando a superestimação de gastos e a conseqüentemente, a obscuridade do processo de planejamento do orçamento municipal.

Por fim, conforme consta no relatório do Órgão Técnico, houve diferença no registro dos valores dos repasses e devoluções informados pela Prefeitura e pela Câmara. Aludida diferença, no entanto, não foi capaz de afetar o cumprimento do disposto no art. 29-A, I, da CR/88.

Nesse cenário, recomendo aos Poderes Executivo e Legislativo que informem os valores corretamente, conforme a realidade ocorrida no Município, para que não haja divergência entre as informações de repasse de recursos à Câmara Municipal e devolução de numerários.

II.3 – Investimento na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Educação é “direito de todos e dever do Estado” (art. 205 da CR/88). Em razão disso, o legislador constituinte estabeleceu a maior vinculação de receitas do nosso ordenamento a esta área, de

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce-mg.gov.br, código verificador n. 2980095

municipal deverá aplicar no mínimo 25% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

No exercício de 2020, apurou-se a aplicação de 30,09% da receita base de cálculo em MDE, cumprindo-se o percentual mínimo exigido pelo art. 212 da Constituição.

Apesar disso, o Órgão Técnico apurou a movimentação de valores atinentes à MDE em contas bancárias distintas, sendo cabível a expedição de recomendação ao gestor para observe o disposto no art. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e no art. 1º, §§ 6º e 8º, da IN nº 13/08 deste Tribunal de Contas, a fim de que aludidos recursos sejam movimentados em conta corrente bancária específica, devidamente identificada, com indicação da movimentação analítica da entrada dos valores que integram a receita base de cálculo.

A fim de realizar um exame qualitativo dos investimentos em MDE, passa-se à análise do cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) pela municipalidade.

O PNE é instrumento previsto no art. 214 da CF/88, “com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração (...) por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas” para “assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino”. É necessário, assim, que os diferentes órgãos previstos em lei para normatizar, incentivar e fiscalizar a educação atuem de forma efetiva na garantia de um ensino de qualidade.

Além do Poder Executivo, a quem compete executar diretamente essa função pública, a Câmara Municipal, órgão composto por representantes do povo, responsável por fiscalizar as ações realizadas no município, mediante controle externo, nos termos do disposto no art. 31 da CF/88, bem como o Conselho Municipal de Educação, que é responsável por “acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados educacionais do sistema municipal”⁷, devem desempenhar papel fundamental no monitoramento das metas do PNE. Ademais, compõe esse sistema o Conselho do Fundeb, órgão encarregado do acompanhamento, do controle social e da fiscalização dos recursos do referido Fundo (art. 24 da Lei Federal nº 11.494/07), dos quais 60% devem ser aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (art. 22 da Lei nº 11.494/07).

A partir da análise dos dados informados pelo município e do relatório técnico elaborado nestes autos, infere-se o seguinte panorama:

MUNICÍPIO DE ARAPUÁ	
METAS	SITUAÇÃO EM 2020
Meta 1-A: Universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, até 2016.	89,29% Não cumprida
Meta 1-B: Ampliação da oferta de vagas da educação infantil em creches, a fim de atender ao menos 50% das crianças de 0 a 3 anos, até 2024.	34,17% Tendência de não cumprimento
Meta 18: Pagamento do piso salarial nacional e estabelecimento de plano de carreira para os profissi	Não informado ⁸

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095

⁷ Conforme informações constantes no portal do governo federal “Todos pela Educação”, disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-sao-e-como-funcionam-os-conselhos-municipais-de-educacao>

⁸ Até a data da consolidação das Contas Municipais, os dados relativos ao I-EDUC não haviam sido encaminhados a esse Tribunal de Contas, impossibilitando a apuração do cumprimento da Meta 18;

Do contexto fático e jurídico delineado, conclui-se ser necessária a expedição de recomendação ao atual chefe do Poder Executivo para que se planeje adequadamente, visando ao cumprimento das Metas 1-A, 1-B e 18 do PNE, com fulcro no art. 206, inciso VIII, no art. 208, incisos I e IV, da Constituição da República c/c art. 6º da Emenda Constitucional nº 59/09, na Lei nº 13.005/14 (PNE) e na Lei nº 11.738/08.

Revela-se indispensável, ainda, que a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Educação, no âmbito de suas atribuições, monitorem o cumprimento das Metas 1-A e 1-B do PNE pelo Executivo, bem assim que o Conselho do Fundeb realize continuamente o necessário controle quanto à implementação da Meta 18 do referido plano.

II.4 – Investimento em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Para que o direito à saúde previsto no art. 196 da CR/88 fosse assegurado previu-se que os municípios deveriam investir, no mínimo, o percentual de 15% da receita de impostos e transferências nas ações e serviços públicos de saúde (ASPS), nos termos do disposto no art. 198, § 2º, III, da Constituição.

O exame realizado pela Unidade Técnica, a partir das informações enviadas pela municipalidade, permitiu apurar a aplicação do percentual de 25,10% da receita base de cálculo nessa finalidade, atendendo ao limite mínimo exigido pelo art. 198, § 2º, III, da CR/88.

A Unidade Técnica apurou, entretanto, a movimentação de valores em contas bancárias distintas, em contrariedade ao disposto na Lei nº 8.080/90, na Lei Complementar nº 141/12 e nos arts. 2º e 8º da IN nº 19/08 desta Corte de Contas, o que enseja a expedição de recomendação ao atual gestor municipal para que determine ao responsável pelo Setor de Contabilidade que observe o dever de movimentar os valores relativos às ASPS em conta bancária específica, bem como identificá-los e escriturá-los de forma individualizada por fonte.

II.5 – Despesas com Pessoal

A LRF estabeleceu normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal, dentre as quais destaca-se a imposição de limites a determinados gastos, como as despesas com pessoal. No exercício de 2020, os gastos com pessoal do Município, do Legislativo e do Executivo Municipal apurados no estudo técnico foram os seguintes:

	Limite Percentual	Percentual Atingido	Obediência ao Limite
Município	60%	50,96%	SIM
Executivo	54%	47,22%	SIM
Legislativo	6%	3,74%	SIM

Os gastos com pessoal obedeceram, portanto, aos limites percentuais estabelecidos na LRF, art. 19, III, e art. 20, III, alíneas “a” e “b”.

II.6 – Dívida Consolidada Líquida

ConformiDocumento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095 Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095. Veu alterações na forma como deve ser efetuada a gestão dos recursos públicos. O seu art. 30 estipulou prazo para o presidente da república submeter ao Senado Federal proposta sobre limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados e dos municípios. Esse limite de endividamento encontra-se regulamentado na Resolução nº 40/01 do Senado Federal, não podendo a dívida consolidada líquida dos municípios ser 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes maior que a RCL, o que em termos percentuais corresponde a 120% da RCL.

De acordo com o relatório técnico, o Município obedeceu ao limite percentual estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, uma vez que no terceiro quadrimestre do exercício

de 2020, o valor da dívida consolidada líquida informado foi de R\$2.023.022,27 (dois milhões vinte e três mil vinte e dois reais e vinte e sete centavos), o qual correspondeu a 12,2% da RCL.

II.7 – Operações de Crédito

Ainda no que se refere às limitações fixadas em consonância com o art. 52 da CR/88 e com art. 30 da LRF, a Resolução nº 43/01 do Senado Federal estabeleceu que o total das operações de crédito⁹ do ente municipal não poderá ser superior a 16% da sua RCL.

A Unidade Técnica apurou que o Município não realizou operações de crédito no exercício examinado, não se verificando, portanto, ofensa às prescrições dos normativos legais mencionados.

II.8 – Relatório do Controle Interno

O art. 31 da CR/88 prevê que a fiscalização municipal será exercida, também, pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo. O controle interno municipal, assim, além de atuar durante todo o exercício no âmbito de sua competência fiscalizatória, deve emitir um relatório sobre a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo, em obediência às instruções normativas desta Corte de Contas que regulamentam a matéria.

O relatório técnico inicial apontou a falta de envio do Relatório de Controle Interno, conforme o disposto no art. 2º, § 2º, da Instrução Normativa nº 04/17. Contudo, após a citação, o responsável encaminhou o referido documento, abordando todos os quesitos exigidos no item 1 do Anexo I da referida IN, conforme previsto no art. 1º, VI, da Ordem de Serviço Conjunta nº 04/17, e concluindo pela regularidade das contas.

II.9 – Índice de Efetividade da Gestão Municipal

A análise técnica das prestações de contas dos chefes dos Poderes Executivos municipais abrange, ainda, o exame quanto ao resultado obtido no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), o qual é composto pelo levantamento de informações fornecidas pelos jurisdicionados, dados governamentais e informações extraídas do Sicom¹⁰. Seu objetivo é fornecer múltiplas visões sobre a gestão municipal em sete quesitos do orçamento público, quais sejam, educação, gestão fiscal, meio ambiente, planejamento, proteção das cidades, saúde e governança em tecnologia da informação, sendo que a nota alcançada demonstra a eficiência e a eficácia das ações da administração municipal, revelando-se, assim, um valioso instrumento de aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.

Infere-se do relatório técnico que, até a data da consolidação das contas anuais pela Unidade Técnica, os questionários que compõem o IEGM não haviam sido enviados pelo gestor, o que contraria o disposto no art. 3º da Resolução nº 06/16¹¹ deste Tribunal c/c art. 3º da INTC nº 01/16¹².

Dessa forma, recomendo ao atual gestor municipal que adote medidas hábeis a proporcionar o envio tempestivo das respostas aos questionários que compõem o IEGM e determino a

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução nº 02/2012 e na Decisão Normativa nº 05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095

⁹ O art. 29, III, da LRF define operações de créditos como “compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.

¹⁰ Art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 06/2016, desta Corte de Contas.

¹¹ Art. 3º A remessa dos questionários respondidos pelos Municípios com as informações necessárias à composição do IEGM é obrigatória e será realizada conforme estabelecida em Instrução Normativa.

¹² Art. 3º A omissão no envio das informações, o não cumprimento do prazo estabelecido para a remessa ou a declaração falsa sujeitará o Prefeito Municipal à multa prevista na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

comunicação do fato ora apurado ao presidente desta Corte para adoção das medidas que entender cabíveis, em face do disposto na Resolução nº 06/16 e na Instrução Normativa nº 01/16, ambas deste Tribunal.

II.10 – Recomendação ao Poder Legislativo

Finalmente, tendo em vista que, consoante o disposto no art. 49, IX, c/c o art. 31, § 2º, da CF/88, as contas ora apreciadas serão julgadas pelo Poder Legislativo, recomendo ao presidente da Câmara Municipal que seja respeitado o devido processo legal, assegurando à responsável o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da CF/88, devendo a decisão proferida ser devidamente motivada, com explicitação de seus fundamentos, sob pena de nulidade.

III – CONCLUSÃO

Cumpridas as disposições constitucionais e legais sobre a matéria, com fundamento no art. 45, I, da Lei Orgânica e no art. 240, I, do Regimento Interno, voto pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas de responsabilidade do Senhor João Batista Terto da Cunha, chefe do Poder Executivo do Município de Arapuá no exercício de 2020.

Recomendo ao atual chefe do Poder Executivo que:

- a) aprimore o processo de planejamento, de forma que o orçamento represente o melhor possível as demandas sociais e as ações de governo, evitando expressivos ajustes orçamentários, mediante a utilização de altos percentuais de suplementação via créditos adicionais;
- b) empenhe e pague as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) utilizando somente a fonte de receita 101 e as despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) utilizando somente a fonte de receita 102, bem como movimente os recursos correspondentes em contas correntes bancárias específicas, identificando-os e escriturando-os de forma individualizada por fonte (recursos que integram a receita base de cálculo), conforme parâmetros utilizados no Sicom, estabelecidos na Instrução Normativa (IN) nº 05/11, alterada pela IN nº 15/11, e consoante o disposto no inciso I do art. 50 da Lei Complementar nº 101/00, nos §§ 6º e 8º do art. 1º da IN nº 13/08, no Comunicado Sicom nº 35/14, na Lei nº 8.080/90 e na Lei Complementar nº 141/12 c/c os arts. 2º, §§ 1º e 2º, e 8º da IN nº 19/08;
- c) nos próximos exercícios, as projeções de despesas se adequem às reais necessidades do Legislativo, evitando a superestimação de gastos e a conseqüentemente, a obscuridade do processo de planejamento do orçamento municipal;
- d) informe os valores corretamente, conforme a realidade ocorrida no Município, para que não haja divergência entre as informações de repasse de recursos à Câmara Municipal e devolução de numerários em relação ao informado pelo Poder Legislativo;
- e) planeje o planejamento visando ao cumprimento dos Metas 1, A, 1, B e 18 do Plano Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. 2980095 208, incisos I e IV, da Constituição da República c/c art. 6º da Emenda Constitucional nº 59/09, na Lei nº 13.005/14 (PNE) e na Lei nº 11.738/08;
- f) adote medidas hábeis a proporcionar o envio tempestivo das respostas aos questionários que compõem o IEGM.

Recomendo ao chefe do Poder Legislativo que:

- a) aprimore o processo de planejamento, de forma que o orçamento represente o melhor possível as demandas sociais e as ações de governo, evitando expressivos ajustes orçamentários, mediante a utilização de altos percentuais de suplementação via créditos adicionais;
- b) nos próximos exercícios, as projeções de despesas se adequem às reais necessidades do Legislativo, evitando a superestimação de gastos e a conseqüentemente, a obscuridade do processo de planejamento do orçamento municipal;
- c) informe os valores corretamente, conforme a realidade ocorrida no Município, para que não haja divergência entre as informações de repasse de recursos à Câmara Municipal e devolução de numerários em relação ao informado pelo Poder Executivo;
- d) no julgamento das contas, seja respeitado o devido processo legal, assegurando à responsável o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), devendo a decisão proferida ser devidamente motivada, com explicitação de seus fundamentos, sob pena de nulidade.

Intime-se o responsável do teor desta decisão.

Dê-se ciência do inteiro teor deste parecer, por via postal, aos presidentes da Câmara Municipal e do Conselho Municipal de Educação, a fim de que acompanhem a realização das Metas 1-A e 1-B do PNE, e ao presidente do Conselho do Fundeb, em âmbito local, para que verifique continuamente o cumprimento da Meta 18 do PNE, adotando as medidas cabíveis em sua esfera de competências.

Comunique-se a Presidência desta Corte para adoção das medidas que entender cabíveis em face do não encaminhamento das respostas ao questionário do IEGM, especialmente diante do disposto na Resolução nº 06/16 e na Instrução Normativa nº 01/16, ambas deste Tribunal.

Promovidas as medidas legais cabíveis à espécie, arquivem-se os autos.

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO ADONIAS MONTEIRO:

De acordo.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

No processo onde consta que temos repasse à Câmara Municipal, eu ressalto que usamos metodologia diversa para apuração. No entanto, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto, acompanhamos o Relator.

Assim, voto pela aprovação das contas, nos termos do art. 45, I, da Lei Orgânica.

FICA APROVADO O VOTOS DO RELATOR.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES.)

* * * * *



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Registro e Publicação de Acórdãos e Pareceres

PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 1103936

CERTIDÃO

Certifico que foram disponibilizados, no Diário Oficial de Contas do dia **13/12/2022**, a ementa e o inteiro teor do Parecer Prévio, para ciência das partes.

DEBORA CARVALHO DE ANDRADE - TC 2782-8

(assinado digitalmente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Protocolo

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Processo nº: 1103936
Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL
Relator Anterior: CONS. CLÁUDIO TERRÃO
Competência Anterior: SEGUNDA CÂMARA

Relator Atual: CONS. CLÁUDIO TERRÃO
Competência Atual: PRIMEIRA CÂMARA
Motivo: MUDANÇA DE COLEGIADO
Data/Hora: 15/02/2023 18:08:38



Processo n.: 1103936

Data: 09/03/2023

PESQUISA NO SGAP

Realizadas pesquisas junto ao Sistema Gerencial de Administração de Processos, SGAP, não foi registrada, até às 09h00min, do dia 09/03/2023, **petição recursal**, relativa aos presentes autos, encaminhada pelo(s) responsável(eis)/interessado(s)/procurador(es), em face da deliberação de peça n. 31.

Constance L. Ranieri
TC 2057-2

CERTIDÃO

Certifico que a deliberação de 27/10/2022, disponibilizada no “Diário Oficial de Contas” de 13/12/2022, transitou em julgado em 07/03/2023.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

clr



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação



Processo nº: 1103936

Data: 09/03/2023

CERTIDÃO

Certifico que o Sr. João Batista Terto da Cunha é o atual prefeito do Município de Arapuá, conforme informação disponibilizada no *site* do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM, tornando-se desnecessária nova intimação para o atual gestor, conforme art. 167 da Resolução nº12/2008.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

clr



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabaglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2184/2185

Ofício n.: 3691/2023

Processo n.: 1103936

Belo Horizonte, 09 de março de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor
Paulo Roberto de Melo
Presidente da Câmara Municipal de Arapuá

Senhor Presidente,

Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico a V. Ex.^a que foi emitido o Parecer Prévio sobre as contas desse Município, na Sessão de 27/10/2022, referente ao processo acima epigrafado, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 13/12/2022.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, deverão ser enviados, por meio do **Sistema Informatizado do Ministério Público – SIMP**, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, os seguintes documentos em versão digitalizada: Resolução aprovada, promulgada e publicada; atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 102/2008, bem como comprovação da abertura do contraditório.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, via SIMP, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retromencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008, bem como a adoção das medidas cabíveis por parte do Ministério Público.

Cientifico V. Ex.^a, também, que há recomendações ao Poder Legislativo, constantes do item III e V do parecer, para adoção das medidas cabíveis.

Respeitosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

clr

COMUNICADO IMPORTANTE

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br
Qualquer dúvida quanto ao Sistema Informatizado do Ministério Público-SIMP, ligar para (31) 3348-2196



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabaglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo

Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435

Tel.: (31)3348-2576

Ofício n.: 3708/2023

Processo n.: 1103936

Belo Horizonte, 09 de março de 2023.

Ao(À) Senhor(a)

Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Arapuá

Senhor(a),

Cientifico V. S.^a do parecer prévio emitido na Sessão do dia 27/10/2022, e, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 13/12/2022, sobre as contas desse Município, referente ao processo acima epigrafado e constante da Ementa, para que acompanhe a realização das Metas 1-A e 1-B do PNE.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Atenciosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo

Coordenadora

(assinado eletronicamente)

clr

COMUNICADO IMPORTANTE

As defesas, atendimento a diligências, respostas a intimações e recursos relativos a processos físicos e eletrônicos deverão ser encaminhados pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal, ficando dispensado o envio dos originais em qualquer caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabaglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo

Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435

Tel.: (31)3348-2576

Ofício n.: 3709/2023

Processo n.: 1103936

Belo Horizonte, 09 de março de 2023.

Ao(À) Senhor(a)
Presidente do FUNDEB do Município de Arapuá

Senhor(a) Presidente,

Científico V. S.^a do parecer prévio emitido na Sessão do dia 27/10/2022, e, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 13/12/2022, sobre as contas desse Município, para adoção de medidas cabíveis, na esfera de suas atribuições ao cumprimento da Meta 18 do PNE.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Atenciosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

clr

COMUNICADO IMPORTANTE

As defesas, atendimento a diligências, respostas a intimações e recursos relativos a processos físicos e eletrônicos deverão ser encaminhados pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal, ficando dispensado o envio dos originais em qualquer caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação

Expediente n. 64 /2023

De: Coordenadoria de Pós-Deliberação

Para: Secretaria da Presidência

Ref.: Processo n. 1103936 Prestação de Contas do Executivo da Prefeitura Municipal de Arapuá

Data: 09/03/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento a deliberação no processo em epígrafe, encaminho a V. Ex.^a cópia do parecer prévio emitido, para adoção das medidas pertinentes em face do não encaminhamento das respostas ao questionário do IEGM, especialmente diante do disposto na Resolução nº 06/16 e na Instrução Normativa nº 01/16, ambas deste Tribunal.

Respeitosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

clr



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação



Processo n: 1103936

TERMO DE JUNTADA DE COMPROVANTE

Em 13/03/2023 juntamos o comprovante referente à transmissão de e-mail do Expediente n. 64/2023, para ciência da deliberação de peça n. 31.

CONSTANCE LIMA RANIERI

De: PROTOCOLO
Enviado em: segunda-feira, 13 de março de 2023 09:36
Para: CONSTANCE LIMA RANIERI
Assunto: RES: Exp. 64/2023

Documentação protocolizada sob o nº 408101/2023



Diego

Coordenadoria de Protocolo
(31) 3348-2136 | www.tce.mg.gov.br

Antes de imprimir pense em seu compromisso com o Meio Ambiente e no comprometimento com a redução de custos.

De: CONSTANCE LIMA RANIERI <cranieri@tce.mg.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 13 de março de 2023 09:21
Para: PROTOCOLO <protocolo@tce.mg.gov.br>
Assunto: Exp. 64/2023

Sra. Coordenadora,

Encaminho o Expediente n. 64/2023 desta Coordenadoria para registro de protocolo e posterior tramitação para a Secretaria da Presidência.

Atenciosamente,



GIOVANA LAMEIRINHAS ARCANJO
COORDENADORA
COORDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃO – CADEL
33482133 | www.tce.mg.gov.br



FPMG - COORDENADORIA DE POS-DELIBERACAO - CADEL

NOME OU RAZAO SOCIAL: **Sum Oficial: 3709/2023**

Nº. /Doc.: **1103936**

ENDERECO / ADRESSE:

**Presidencia do
Prefeitura Munic Pal de Arapua**

CEP / CODE POSTAL

**Praca Sao Joao Batista 111 - 100 - CS
CENTRO**

NATUREZA DO ENVIO: **38860000 - ARAPUA - MG**

PRIORITY

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Luiza Pereira

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICACAO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

[Handwritten Signature]

ENDERECO PARA DEVOLUCAO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



RECEBER COM LETRA DE FORMA
Combate

PCTAS

Mat.: 20572

R DÉCLARE

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRACION
16/03/23

CAPIM DE ENTREGA / ENDEREÇO DE DESTINAÇÃO

16 MAR 2023

75248203-0

FCOMAR3 : 16

114 X 188 0788



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

BR 69220161 7 BR



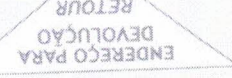
TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

Grid for recording delivery attempts with columns for date and time.

DATA DE POSTAGEM / DATE OF DEPOSIT

UNIDADE DE POSTAGEM / UNIT OF DEPOSIT

21154877/0001-07



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Raja Gabaglia, 1.315
Luxemburgo - CEP-30380-435

BELO HORIZONTE - MG

Grid for postal code and city information.

BRASIL
BRÉSIL



FMG - COORDENADORIA DE POS-DILIBERACAO - CADEL

NOBRE OU RAZAO SOCIAL: **Unim. Oficio: 3708/2023**

Doc. /Doc.: **110393f**

ENDEREÇO / ADDRESS: **Destinatario:**

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUA

Endereço:

PRACA SAO JOAO BATISTA 111 - 100 - CS
CENTRO

NATUREZA DO ENVIO: **38860000 - ARAPUA - MG**

PRIORITY

Mat.: 20572

IR DECLARE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE OF DELIVERY

16/03/23

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICACAO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

[Handwritten signature]

16 MAR 2023

ENDEREÇO PARA DEVOLUCAO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 18

114 x 185 mm

...NER COM LETRA DE FORMA

Constou

PCTAS





AVISO DE RECEBIMENTO

FORMA COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL: **Unm Ofício: 3708/2023**

Nº /Doc: **110393f**



4823378

ENDEREÇO / ADRESSE: **Assinatório:**

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUA

Endereço:

PRACA SAO JOAO BATISTA 111 - 130 - C.S

CENTRO

CEP / CODE POSTAL: **38860000 - ARAPUA - MG**

NATUREZA DO ENVIO: PRIORITY

Mat: 20572

IR DECLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

CARRIQA DE ENTREGA / UNIDADE DE ENTREGA / BUREAU DE DESTINATION

16/03/23

16 MAR 2023

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Luiz Paulo

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA EMAT DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'EMPLOIE

[Signature]

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

7524203-0

FC0403 / 19

114 x 195 mm



AVISO DE RECEBIMENTO

EMG - COORDENADORIA DE POS-DELIBERAÇÃO - CADEL

NOME OU RAZÃO Social: **Unim Ofício: 3691/2023**

CEP / CODE POS: **00 / Doc: 110393K**

ENDEREÇO / Assinatório:



64639831

PAULO ROBERTO DE MELO - PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUA

Idereco:

PRACA SAO JOAO BATISTA - 100 - A

CENTRO

38860000 - ARAPUA - MG

PR

Mat: 205/2

EUR DÉCLARE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION: **16/03/23**

EMPASO BR ENTE DE ARAPUA / UNIDADE DE DESTINATARIO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

Paulo Roberto de Melo

PR. 110393K

16 MAR 2023

75240203-0

FC0463.116

114 x 156 mm

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

VOCHER COM LETRA DE FORMA

Combranca

PCTAS

YS



AVISO DE RECEBIMENTO

EMG - COORDENADORIA DE POS-DELIBERACAO - CADEL

NOME DO RAZÃO: **Um Ofício:3691/2023**

CEP / COD. POS: **1103934**

ENDEREÇO / Assinatório:

PAULO ROBERTO DE MELO - PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUA

ENDEREÇO:

PRAÇA SÃO JOAO BATISTA - 100 - A
CENTRO

NATUREZA DO EN: **38860000 - ARAPUA - MG**

PRI

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBL DU RECEPTEUR

Nº DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA MAT DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGÉ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



4405881

VOLTA COM LETRA DE FORMA

Com base

PCTAS

YS

Mat: 206/2

EUR DÉCLARE

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

16/03/23

EMPANHO DA ENT DE
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

16 MAR 2023

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

Ofício nº. 013/2023 – Presidência da Câmara Municipal de Arapua/MG

Assunto: Notificação sobre a chegada do Parecer Prévio do TCEMG sobre a Prestação de Contas do Executivo Municipal, relativas ao exercício de 2020.

Arapua/MG, 22/03/2022

Exmo. Sr. Prefeito João Batista Terto da Cunha,

O Presidente da Câmara Municipal de Arapua/MG, Vereador **JOÃO ORLANDO DE OLIVEIRA**, vem através do presente ofício, notificar Vossa Excelência sobre a chegada do **Parecer Prévio do TCEMG, emitido nos autos do PROCESSO ELETRÔNICO TCEMG Nº. 1103936, relativo à Prestação de Contas do Executivo Municipal referente ao exercício de 2020.**

Enviamos anexa a cópia do Parecer Prévio emitido pelo TCEMG, opinativo pela aprovação das contas anuais de responsabilidade do Executivo, no exercício de 2020.

Informamos-lhe que, os documentos produzidos no Tribunal de Contas (relatórios, documentos, pareceres, despachos, etc.) estão disponíveis no Portal do TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br, "BUSCA POR PROCESSO – PROCESSO Nº. 1103936". Facultamos-lhe, caso queira, o acesso para consultar tais documentos impressos na Secretaria da Câmara Municipal de Arapua/MG.

Demais disso, para que Vossa Excelência apresente, caso queira e entenda plausível, **defesa preliminar escrita, através de defensor habilitado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento do presente ofício,** na qual poderá ser solicitada a juntada de documentos, bem como oitiva de testemunhas e do Prefeito, através de depoimento pessoal com notificação 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da mesma, e todos os meios de provas admitidos em seu favor, oportunizando-lhe desta forma e desde já, o direito ao contraditório e à ampla defesa, com fulcro no artigo 343, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Arapua/MG.

Ressaltamos que, de acordo com o artigo 345 do Regimento Interno da Câmara, o julgamento das contas municipais, pela Câmara Municipal, será feito dentro do máximo de 90 (noventa dias) após a data do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas. Portanto, desde já informamos que: **a data da Reunião prevista para o julgamento das contas é dia 06/06/2023, às 19:00 horas, na sede da Câmara Municipal.** Caso haja alteração da data do julgamento, será oportunamente informado à Vossa Excelência.

Sendo o que nos cumpre neste momento, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Câmara Municipal de Arapua/MG, 22 de março de 2023.

João Orlando de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Arapua/MG

Exmo. PREFEITO DE ARAPUÁ/MG
Senhor JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA



DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INTIMAÇÃO PESSOAL

Declaro para os devidos fins, **que fui intimado pessoalmente**, nesta data, sobre a chegada do PARECER PRÉVIO DO TCEMG na Câmara Municipal de Arapuá/MG, referente ao Processo Eletrônico TCEMG nº. 1103936, relativo ao exercício de 2020, e sobre o Julgamento das Contas que ocorrerá no Poder Legislativo Municipal de Arapuá/MG.

Demais disso, de que tomei conhecimento, através do ofício nº. 013/2023 da Presidência da Câmara Municipal de Arapuá/MG, que me foi entregue em mãos, do prazo de que disponho para apresentar defesa preliminar escrita, demais meios de prova em direito admitidos e da data prevista para o julgamento das Contas perante a Câmara Municipal, qual seja, 06/06/2023. E, que, em caso de alteração da data, será oportunamente informada ao Gestor Municipal.

Por ser verdade, assino a presente.

Arapuá/MG, 22 de março de 2023.

JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA

Prefeito Municipal de Arapuá/MG

JOAO
ORLANDO DE
OLIVEIRA:7291
1140630

Assinado de forma
digital por JOAO
ORLANDO DE
OLIVEIRA:72911140630
Dados: 2023.06.29
12:43:01 -03'00'

Recebi em
27/03/23



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

Ata da 3ª Sessão Legislativa, 1º Período Legislativo de 2023, Nona Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arapua, realizada no dia 06 (seis) de junho de 2023, às 18h26min, no Salão de Reuniões “Vereador Círio Pio Dos Santos”. O Presidente João Orlando de Oliveira deu início à Reunião **“Em nome de Deus e do povo de Arapua declarando a sessão aberta”**. Foi feita por **Daniela Silva Borges** a leitura bíblica de “Salmo 109” e em seguida a oração do **Pai Nosso**. Efetuada a chamada, presentes os Vereadores: **Gilson da Cunha Matos, Hélio Maria Bontempo, João Lázaro Nunes Boaventura, João Orlando de Oliveira, Luciana da Silva Mendonça, Paulo Henrique Fernandes Ribeiro, Paulo Luiz Ferreira, Paulo Roberto de Melo e William Andrei Marques**. Contamos com a presença da Assessora jurídica da Câmara Municipal de Arapua Viviane Gomes Moreira, da Assessora de Gabinete da Presidência Cristiane Nunes Veloso, da Controladora Interna da Câmara Municipal de Arapua-MG Wanessa Medeiros Boaventura, do Assessor Contábil da Câmara Municipal de Arapua-MG Welder de Fátima de Almeida e do Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Arapua-MG Abelardo Medeiros Mota. Depois de feita a chamada dos Vereadores, entregues e lidas as correspondências, inicia-se o expediente do dia. A pedido do 1º Secretário Gilson da Cunha Matos, foi feita por Daniela Silva Borges, Secretária Legislativa da Câmara Municipal de Arapua, a leitura da ata da Quarta Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Arapua, realizada no dia 30 (trinta) de maio de 2023, que foi discutida, votada e aprovada por todos os edis presentes por 8x0 (oito votos a favor e nenhum contra). O Vereador William solicitou que constasse em ata sua retratação quanto ao pedido de alteração da ata anterior, visto “que ele não poderia ter pedido impugnação da ata da 8ª reunião ordinária, porque de acordo com o regimento interno, como ele estava ausente nessa reunião não poderia pedir impugnação da ata”. Inicialmente os projetos foram discutidos e votados no âmbito das Comissões Permanentes. **Em relação à Prestação de Contas do Executivo Municipal (Parecer prévio do TCEMG emitido nos autos do processo eletrônico 1103936, referente ao julgamento de contas relativo ao ano de 2020) e a Prestação de contas do Executivo Municipal (Parecer prévio do TCEMG emitido nos autos do processo eletrônico 1120262, referente ao julgamento de contas relativo ao ano de 2021)** foram emitidos pareceres pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, favoráveis à aprovação das contas dos anos de 2020 e 2021, que opinaram pela elaboração de Decretos Legislativos aprovando as contas. **A EMENDA ADITIVA Nº. 001, AO PROJETO DE LEI Nº. 016, DE 13 DE ABRIL DE 2023, DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ/MG – Aatoria Vereador Paulo Roberto de Melo** foi votada pela Comissão fiscalização Financeira e Orçamentaria e foi aprovada por 2x1 (dois votos a favor e um contra) Vereador Hélio e Gilson votaram a favor e o vereador Paulo Luiz votou contra. Na Comissão de Legislação Justiça e Redação Final foi reprovada por 2x1 (dois votos contra e um a favor) Vereador João Lazaro votou a favor, e os Vereadores William e Paulo Henrique votaram contra. Na Comissão de Serviços Públicos foi aprovado por 2x1 (dois votos a favor e um contra) a Vereadora Luciana votou contra e os vereadores Gilson e Paulo Roberto votaram a favor. **O PROJETO DE LEI Nº. 016, DE 13 DE ABRIL DE 2023 (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentaria para o exercício financeiro de 2024, e dá outras providencias)**, foi aprovado por unanimidade nas três comissões permanentes. **O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03, DE 16 DE MAIO DE**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

2023 (Regulamenta as hipóteses de contratação direta no âmbito da Câmara Municipal de Arapuaá/MG disciplinadas pela Lei nº14,133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e contratos Administrativos e dá outras providências) e o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04, DE 16 DE MAIO DE 2023. (Dispõe sobre a criação da função gratificada de agente de contratação, sua nomeação e da respectiva equipe de apoio para condução dos processos licitatórios do âmbito da Câmara Municipal de Arapuaá-MG) foram discutidos, votados e aprovados por unanimidade nas três comissões permanentes. Já a EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº. 018 DE 25 DE ABRIL DE 2023 (Proposta pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, quanto o PROJETO DE LEI Nº 018, DE 25 DE ABRIL DE 2023 (Autoriza celebração de convenio com o SAAE-Serviço autônomo de água e esgoto, e dá outras providências) foram discutidos, votados e aprovados por unanimidade nas três comissões permanentes. A EMENDA MODIFICATIVA Nº. 001 AO PROJETO DE LEI Nº. 023, de 29 de maio de 2023 (Proposta pelo Presidente João Orlando de Oliveira) foi votada pela Comissão fiscalização Financeira e Orçamentaria e foi aprovada por 2X0 (dois votos a favor e uma abstenção) Vereador Hélio e Gilson votaram a favor e o vereador Paulo Luiz absteve seu voto. Na Comissão de Legislação Justiça e Redação Final foi aprovada por 2x0 (dois votos a favor e uma abstenção) vereador João Lazaro e Paulo Henrique votaram a favor, e o vereador William absteve seu voto. Na Comissão de Serviços Públicos foi aprovado por 2x0 (dois votos a favor e uma abstenção) a Vereadora Luciana absteve seu voto e os vereadores Gilson e Paulo Roberto votaram a favor. O PROJETO DE LEI Nº. 023, DE 29 DE MAIO DE 2023 (Fixa piso nacional dos profissionais de enfermagem e a jornada de trabalho em regime de plantões e dá outras providências) foi votado no âmbito das três comissões permanentes e aprovado por unanimidade. Todas as comissões emitirão seus pareceres escritos com o auxílio da Assessora Jurídica da Câmara. Evolui-se para a ordem do dia com a seguinte conclusão: **Passa-se então à discussão e análise dos Processos de Julgamento de Contas Referente aos Exercícios de 2020 e 2021, Processos TCEMG nº. 1103936 e 1120262 (Eletrônicos), de responsabilidade do Gestor Municipal João Batista Terto da Cunha: Considerando os Pareceres Prévios emitidos pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta casa, pela aprovação dos Pareceres Prévios do Tribunal de Contas de Minas Gerais, bem como a aprovação das Contas do Município de Arapuaá/MG relativas aos exercícios de 2020 e 2021, o Presidente colocou os **PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS Nº. 001 e 002, DE 29 DE MAIO DE 2023 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG (DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXECUTIVO DE ARAPUÁ/MG RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2020 E 2021, CONFORME PARECERES PRÉVIOS OPINATIVOS PELAS APROVAÇÕES DAS CONTAS EMITIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS)**, em discussão e em única votação, conforme determina o artigo 345 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Arapuaá/MG. Foi dispensada pelos Vereadores uma nova leitura dos Pareceres Prévios emitido pelo TCEMG, uma vez que já haviam sido lidos em Reunião Ordinária da Câmara. Registra-se que foi dada ampla publicidade ao presente Processo de Julgamento de Contas, e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa ao Gestor Municipal João Batista Terto da Cunha, que intimado pessoalmente na data de 22/03/2023, conforme prova a declaração de intimação pessoal juntada ao processo, não quis**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

se manifestar e não apresentou defesa através de defensor habilitado. A Ilustre Representante do Ministério Público também foi notificada via e-mail, para querendo, acompanhar pessoalmente ou através de representante o julgamento das contas. **Os PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS Nº. 001 e 002, DE 29 DE MAIO DE 2023, da Câmara Municipal de Arapua/MG, foram amplamente discutidos pelos Vereadores. Passa-se à votação: Registrou-se nominalmente a votação favorável aos PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS Nº. 001 e 002, DE 29 DE MAIO DE 2023, com a unanimidade dos votos dos Vereadores: Gilson da Cunha Matos, Hélio Maria Bontempo, João Lázaro Nunes Boaventura, João Orlando de Oliveira, Luciana da Silva Mendonça, Paulo Henrique Fernandes Ribeiro, Paulo Luiz Ferreira, Paulo Roberto de Melo e William Andrei Marques. Ficaram definitivamente aprovados os Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aprovadas as Contas dos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do Município de Arapua/MG, por 9x0 (nove votos a favor e nenhum contra). O Assessor Contábil Welder de Fátima de Almeida solicitou que constasse em ata que, conforme ofício enviado pelo responsável pelo setor contábil da Prefeitura, que ocorreu uma inconsistência apurada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no que se refere ao repasse ao Legislativo no ano de 2020 e 2021, mas o repasse foi realizado dentro das conformidades legais e constitucionais, onde apurou-se que ocorreu um erro contábil pelo Poder Executivo que ocasionou as diferenças apontadas pelo TCE nos pareceres prévios. A EMENDA ADITIVA Nº. 001, AO PROJETO DE LEI Nº. 016, DE 13 DE ABRIL DE 2023, DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ/MG – Aatoria Vereador Paulo Roberto de Melo Foi discutida, votada e aprovada por 5x4 (cinco votos a favor e quatro contra) os vereados Luciana, Paulo Luiz, Paulo Henrique e Willian votaram contra a Emenda e os vereadores João Lazaro, Hélio, Gilson, e Paulo Roberto votaram a favor, com voto de desempate do Presidente João Orlando de Oliveira. o PROJETO DE LEI Nº. 016, DE 13 DE ABRIL DE 2023 (DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS) foi discutido votado e aprovado por 8x0 (oito votos a favor e nenhum contra). O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 03, DE 16 DE MAIO DE 2023. (Regulamenta as hipóteses de contratação direta no âmbito da Câmara Municipal de Arapua/MG. Disciplinadas pela Lei nº14,133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e contratos Administrativos e dá outras providências) e o PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 04, DE 16 DE MAIO DE 2023 (Dispõe sobre a criação da função gratificada de agente de contratação, sua nomeação e da respectiva equipe de apoio para condução dos processos licitatórios do âmbito da Câmara Municipal de Arapua-MG) foram discutidas, votadas e aprovadas por 8x0 (oito votos a favor e nenhum contra. Tanto a EMENDA MODIFICATIVA Nº. 001 AO PROJETO DE LEI Nº. 018 DE 25 DE ABRIL DE 2023 (Proposto pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, quanto o PROJETO DE LEI Nº. 018, DE 25 DE ABRIL DE 2023 (Autoriza celebração de convenio com o SAAE-Serviço autônomo de água e esgoto, e dá outras providências) foram discutidos, votados e aprovados por 8x0 (oito votos a favor e nenhum contra). A EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº. 023, de 29 de maio de 2023 (Proposta pelo Presidente João Orlando de Oliveira) foi**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

discutida, votada e aprovada por 5x3 (cinco votos a favor e três abstenções) os vereadores Luciana, Paulo Luiz e William se abstiveram de votar. O **PROJETO DE LEI N°. 023, DE 29 DE MAIO DE 2023 (Fixa piso nacional dos profissionais de enfermagem e a jornada de trabalho em regime de plantões e dá outras providências)** foi discutido votado e aprovado por 8x0 (oito votos a favor e nenhum contra). Passa-se à Tribuna Livre e assuntos de interesse interno da casa. E, **não** havendo mais nada para o momento o Presidente **João Orlando de Oliveira**, declarou encerrada a sessão e para que conste, **Daniela Silva Borges**, Secretária Legislativa, lavrou a presente ata, que depois de lida por mim, **Gilson da Cunha Matos**, será discutida, votada e assinada pelo, Presidente, Vice-Presidente, Secretários, demais edis presentes e por ela.

Paulo Luiz Ferreira
Luciana da Silva Mendonça
João Luiz Rodrigues
João Orlando de Oliveira
Mário Maria Monteiro
Carla Roberta de Melo
Daniela Silva Borges

JOAO
ORLANDO DE
OLIVEIRA:729
11140630

Assinado de forma
digital por JOAO
ORLANDO DE
OLIVEIRA:729111406
30
Dados: 2023.06.29
12:39:40 -03'00'



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 002, DE 07 DE JUNHO DE 2023.

JOAO
ORLANDO DE
OLIVEIRA:729
11140630

Assinado de forma
digital por JOAO
ORLANDO DE
OLIVEIRA:72911140630
Dados: 2023.06.29
12:41:56 -03'00'

Dispõe sobre a aprovação das contas do Executivo de Arapuá/MG relativas ao exercício de 2020, conforme parecer prévio opinativo pela aprovação das contas emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

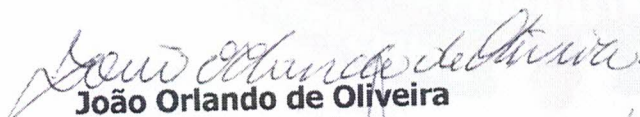
O POVO DO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ – MG, por seus representantes, aprovou e eu Presidente promulgo o seguinte Decreto Legislativo:


Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Município de Arapuá/MG, relativas ao exercício de 2020, conforme o parecer prévio emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

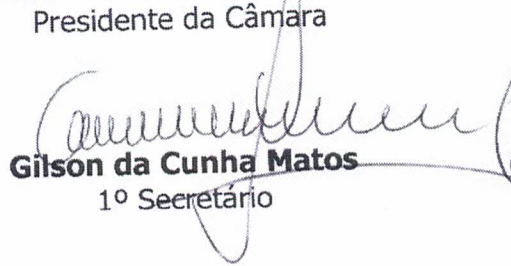
Parágrafo único. Considerando a inconsistência apurada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no que se refere ao repasse ao Legislativo no ano de 2020, foi realizado dentro das conformidades legais e constitucionais, onde apurou-se que ocorreu um erro contábil pelo Poder Executivo que ocasionou tais diferenças.

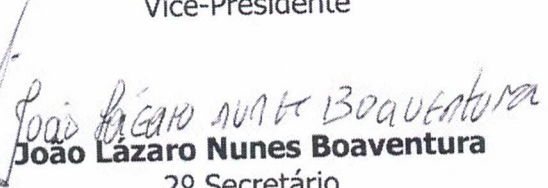
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Arapuá/MG, 07 de junho de 2023.


João Orlando de Oliveira
Presidente da Câmara


Hélio Maria Bontempo
Vice-Presidente


Gilson da Cunha Matos
1º Secretário


João Lázaro Nunes Boaventura
2º Secretário

Data da promulgação: 07/06/2023
Data da publicação: 07/06/2023

PUBLICADO

07/06/2023



Daniella Silva Borges

Secretária Legislativa
Câmara Municipal de Arapuá/MG



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo nº: 1.103.936
Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal
Relator: Conselheiro Cláudio Terrão
Jurisdicionado: Município de Arapuá
Exercício: 2020
Responsável: João Batista Terto da Cunha

Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador-Geral,

1. O Tribunal de Contas, na sessão de 27/10/2022, emitiu Parecer Prévio pela aprovação das contas. Na sequência, o presidente da Câmara municipal foi comunicado para o julgamento previsto no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.
2. Vieram os autos a este Ministério Público de Contas para análise da legalidade do referido julgamento.
3. O Legislativo municipal, composto de 9 (nove) vereadores, julgou as referidas contas na sessão do dia 06/06/2023, conforme Ata e Decreto Legislativo nº 002/2023.
4. Com a presença de 9 (nove) edis, as contas foram aprovadas por unanimidade dos votos, acompanhando o Parecer Prévio do Tribunal.
5. Considerando que o julgamento realizado pelo Legislativo municipal atendeu aos preceitos legais, em especial ao art. 31 da CR/88 c/c o art. 44 da Lei Complementar estadual nº 102/08, verifica-se que o processo encontra-se apto a ser encaminhado ao arquivo.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2023.

MARIA CARMEM REIS ALMEIDA DE CASTRO:02527792669 Assinado de forma digital por MARIA CARMEM REIS ALMEIDA DE CASTRO:02527792669 Dados: 2023.07.17 07:23:22 -03'00'

Maria Carmem Reis Almeida de Castro - Coordenadora
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo nº: 1.103.936
Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal
Relator: Conselheiro Cláudio Terrão
Jurisdicionado: Município de Arapuá
Exercício: 2020
Responsável: João Batista Terto da Cunha

À Coordenadoria de Arquivo e Gestão de Documentos,

Tendo em vista que, após análise técnica da documentação acostada, restou constatado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas que o julgamento realizado pelo Legislativo municipal atendeu aos preceitos legais, este *Parquet* Especial remete os presentes autos a essa unidade para arquivamento.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2023.

MARCILIO BARENCO
CORREA DE
MELLO:0060190876
7

Assinado de forma digital por
MARCILIO BARENCO CORREA
DE MELLO:00601908767
Dados: 2023.07.14 14:05:34
-03'00'

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)



TCEMG TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Arquivo e Gestão de Documentos

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Processo recebido e arquivado em cumprimento à(o) decisão / despacho emanada(o) por autoridade competente.

Júlio César Schroeder Queiroz – Matrícula 02705-4
Coordenador de Arquivo e Gestão de Documentos
(Assinado eletronicamente)



Prefeitura Municipal de Arapuá - MG

Praça São João Batista, 111 - Centro - Fone: (34) 3856-1234

CEP: 38860-000 - Arapuá - MG

Ofício nº **005/2023 / Contabilidade**

SETOR DE CONTABILIDADE

Arapuá/MG, 06 de junho de 2023.


EXMO. SR.

JOAO ORLANDO DE OLIVEIRA

DD. Presidente do Legislativo Municipal

Referência: Processo 1120262 – prestação de contas de 2021

Assunto: Esclarecimento(faz)

RECEBI EM
06, 06, 2023
17 hs 25 m


Prezado Senhor,

Danilo Carlos da Rocha brasileiro, portador da Carteira de Identidade M-6.306.295, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 024.063.406-35, com residência na Rua Boaventura Gonçalves de Oliveira nº 100, bairro Centro, Arapuá, MG, na qualidade de Contador do Municipal de Arapuá, MG, vem, esclarecer conforme a seguir.

Na prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2021, a unidade técnica do TCEMG fez um apontamento atinente ao montante repassado ao Poder Legislativo.

Apontou que foi repassado R\$ 1.156.275,22 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Ocorre que o sistema de informação municipal efetuou a classificação equivocada quanto a conta contábil. Deste montante considerado, parte foi repassado para o SAAE (R\$ 20.000,00 – vinte mil reais), tendo havido a classificação como se fosse repasse de duodécimo à Câmara.

Outra questão analisada pela contabilidade municipal foi quanto a estornos efetuados nestas transferências. A unidade técnica do TCEMG



Prefeitura Municipal de Arapua - MG

Praça São João Batista, 111 - Centro - Fone: (34) 3856-1234

CEP: 38860-000 - Arapua - MG

não considerou como estorno, mais sim como devolução de duodécimo (R\$ 96.971,65 – noventa e seis mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Até o final do exercício financeiro, o Poder executivo repassou o montante de R\$ 1.039.303,57 (um milhão, trinta e nove mil, trezentos e três reais e cinquenta e sete centavos), o qual fez devolução de duodécimo no montante de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais)

Assim, o repasse efetuado a ser considerado até o final do exercício, foi de R\$ 714.303,57 (setecentos e quatorze mil, trezentos e três reais e cinquenta e sete centavos), ou seja, esse montante equivale ao índice de 4,89% da receita base de cálculo.

Assim, foi cumprido o percentual limite de 7%, conforme determina o Art. 29-A, da Constituição Federal de 1988.

Seguem em anexo relatórios impressos do sistema de informação municipal para confirmar as afirmações aqui prestadas.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Danilo Carlos da Rocha
Contador
CRC – MG-067.852/O-5



MUNICÍPIO ARAPUÇÁ - MG
ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMA
RELAÇÃO DOS REPASSES CONCEDIDOS
EXERCÍCIO: 2021

(Lei Nº 4320)

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Página (1/1)
R\$ 1,00

Código	Orgão Recebedor	Banco	Doc. Pagamento	Data	Repassse
Conta Contábil: 00003 351120200 - REPASSE CONCEDIDO AO LEGISLATIVO					
Fonte Recurso: 01 0000 0000 0000 RECURSOS ORDINÁRIOS					
2	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	26451	-20.000,00
3	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	-82.615,42
5	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
11	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
13	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
16	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
17	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
22	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
24	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21779	86.971,65
26	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	550502	86.971,65
27	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
30	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
32	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
36	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	86.971,65
36	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	21778	(86.971,65)
Conta Contábil: 00005 351120200 - REPASSE CONCEDIDO AO SAJE					1.059.303,57
Fonte Recurso: 01 0000 0000 0000 RECURSOS ORDINÁRIOS					
9	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	26451	10.000,00
9	CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUÇÁ	00001 000502-9 0000000020.116-02	CARMO DO PARANA	26451	(10.000,00)
					0,00



Parecer Prévio Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Processo TCE/MG nº. 1103936 – Prestação de Contas do Executivo Municipal relativas ao exercício de 2020.

Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais opinativo pela aprovação das contas sem ressalvas.

Gestor Municipal: João Batista Terto da Cunha.

I - RELATÓRIO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCEMG enviou à Câmara Municipal de Arapua/MG, através do ofício nº. 3691/2023 - Coordenadoria de Pós-Deliberação, a comunicação de emissão do Parecer Prévio sobre as contas desse Município, referente ao Processo TCE nº. 1103936 - ELETRÔNICO, relativas ao exercício de 2020. O Ofício foi recebido na data de 16/03/2023, via Correios.

O Parecer Prévio emitido nos autos do processo foi disponibilizado no site do TCEMG.

O Presidente da Câmara Municipal, com fulcro no artigo 343, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal, solicitou que a Assessora Jurídica desta Casa procedesse à leitura do Parecer Prévio do TCEMG e distribuisse cópias do mesmo a todos os Vereadores, na Reunião Ordinária realizada no dia 21/03/2023, às 19:00 horas, no Salão de Reuniões Vereador Círio Pio dos Santos. Bem assim a publicação no Mural da Câmara.

O Gestor Municipal Sr. João Batista Terto da Cunha foi intimado pessoalmente da data de 22/03/2023, sobre a chegada das contas nesta Casa Legislativa, e foi-lhe oportunizado o direito à ampla defesa. Foi informado de que o processo impresso de julgamento de contas pela Câmara Municipal encontra-se disponível na Secretaria da Câmara, e os documentos produzidos pelo TCEMG encontram-se disponíveis também no site www.tcemg.gov.br. Foi-lhe concedido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento do ofício, para apresentação de defesa preliminar escrita, através de defensor habilitado, e foi-lhe facultada a produção de todos os meios de prova admitidos em seu favor no presente processo de julgamento de contas.

Em seguida o Processo Administrativo do Julgamento das contas de gestão nesta Casa Legislativa, no qual foi anexada a documentação produzida no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – incluso o Parecer Prévio emitido pela aprovação das contas prestadas pelo Sr. João Batista Terto da Cunha, gestor e ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Arapua/MG relativas ao exercício de 2021 – foi encaminhado à Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Câmara Municipal, para opinar e elaborar o Projeto de Decreto



Legislativo, nos termos do artigo 344, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Arapuá/MG.

O ofício nº. 013/2023 da Presidência da Câmara, informando sobre a chegada das contas, abertura do contraditório e sobre a data do julgamento, foi entregue pessoalmente ao Gestor Municipal na data de 22/03/2023, com a confirmação do recebimento através de sua assinatura na declaração de intimação pessoal.

A pedido do Presidente da Câmara, foi enviado por e-mail o Ofício nº. 014/2023 à Ilustre Representante do Ministério Público da Comarca de Rio Paranaíba/MG, informando-a sobre a chegada das contas nesta Casa Legislativa e sobre a data do julgamento das contas e demais atos do processo de julgamento, oportunizando-lhe o acompanhamento do processo, inclusive na reunião que irá julgar as contas do Gestor Municipal.

Conforme decidido pelo Plenário da Câmara, ficou definida a data de 06/06/2023 para o julgamento das contas.

É o relatório, passamos à fundamentação.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 343, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Arapuá/MG, compete à Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Orçamentária emitir parecer opinativo sobre o processo de Prestação de Contas do Prefeito Municipal.

Nesses termos, damos prosseguimento, reportando à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar nº. 102 de 18/01/2008) - art. 45, incisos I, II e III - que dispõe:

"Art. 45. A emissão do parecer prévio poderá ser:

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;

II - pela aprovação das contas, com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais recomendações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;



III - pela rejeição das contas, quando caracterizados atos de gestão em desconformidade com as normas constitucionais e legais. "

Vislumbra-se na que o Tribunal de Contas, através do Relator – Conselheiro Cláudio Couto Terrão – conclui pela emissão de parecer prévio **pela aprovação das contas prestadas** pelo Sr. JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA, com fundamento no art. 45, inciso I, da Lei Complementar n. 102/2008, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, referente ao exercício de 2020, com voto de concordância, por unanimidade, dos Conselheiros Adonias Monteiro e Conselheiro Wanderley Ávila, dispondo o Relator textualmente em seu parecer:

"Tendo sido constatado o cumprimento dos índices constitucionais da educação e da saúde, o respeito aos limites constitucionais e legais estabelecidos para o repasse de recursos ao Poder Legislativo, para os gastos com pessoal, para o endividamento e para a realização de operações de crédito, bem como a regularidade da execução orçamentária e da abertura de créditos adicionais, deve ser emitido parecer prévio pela aprovação das contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2020, com fulcro no art. 45, I, da Lei Orgânica e no art. 240, inciso I, do Regimento Interno."

Assim, o parecer prévio do TCEMG é pela aprovação das contas de 2020, o que justifica o julgamento favorável das contas, com fundamento nas disposições do inciso I do art. 45 da Lei Complementar n. 102, de 18 de janeiro de 2008 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Registra-se que o Gestor Municipal Sr. João Batista Terto da Cunha foi intimado pessoalmente sobre a chegada das contas nesta Casa Legislativa, através do Ofício nº. 013/2022 (Presidência da Câmara), tendo recebido tal ofício na data de 22/03/2023, conforme a declaração de intimação pessoal, bem assim, foi-lhe concedido prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, para apresentar defesa preliminar escrita e demais meios de prova em direito admitidos, e foi informado sobre a data prevista para o julgamento das contas. **Todavia, até a presente data, o Gestor Municipal ainda não se manifestou.**

III - DA CONCLUSÃO

Em vista do exposto, a **Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Orçamentária**, em reunião realizada, **opina pela APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXECUTIVO REFERENTE AO ANO DE 2020**, em consonância com a decisão do Tribunal de Contas, que proferiu parecer prévio pela APROVAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS do Município de Arapua/MG - apresentadas pelo Exmo. Sr. Prefeito – JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA – relativas ao EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

Assim, segue o parecer e o Projeto de Decreto Legislativo que **"Dispõe sobre a aprovação das contas do Executivo de Arapua/MG relativas ao exercício de 2020, conforme parecer prévio opinativo pela aprovação das contas emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais"**, para discussão e apreciação do Douto Plenário, nos termos regimentais.

Após julgamento das Contas de Gestão de 2020 do Executivo de Arapua/MG, com a devida publicação do Decreto Legislativo, que seja dada ciência ao Gestor Municipal, com envio de cópia do Decreto Legislativo pessoalmente ou através de correspondência com AR, bem como seja encaminhada ao Tribunal de Contas cópia autenticada do Decreto Legislativo, bem como da ata da reunião em que a matéria for discutida e votada, contendo a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação, conforme regras legais e regimentais.

Arapua/MG, 29 de maio de 2023.

Paulo Luiz Ferreira

Vereador – PP

Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Hélio Maria Bontempo

Vereador – PSDB

Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Gilson da Cunha Matos

Vereador – MDB

Relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CNPJ: 02.284.165/0001-68

Ofício nº. 014/2023 – Presidência da Câmara Municipal de Arapuaá/MG
Assunto: Notificação sobre a chegada do Parecer Prévio do TCEMG sobre a Prestação de Contas do Executivo Municipal de Arapuaá/MG, referente ao exercício de 2020.

22/03/2023

Exma. DRA. SOFIA FRANGE MIZIARA OLIVEIRA,

O Presidente da Câmara Municipal de Arapuaá/MG, Vereador **JOÃO ORLANDO DE OLIVEIRA**, vem através do presente ofício, informar formalmente Vossa Excelência sobre a chegada do **Parecer Prévio do TCEMG emitido nos autos do PROCESSO ELETRÔNICO TCEMG Nº. 1103936, relativo à Prestação de Contas do Executivo Municipal referente ao exercício de 2020**, buscando desta forma oportunizar o acompanhamento pelo Ilustre Membro do Ministério Público de Minas Gerais do processo de julgamento das referidas contas nesta Casa Legislativa.

Enviamos anexa a cópia do Parecer Prévio emitido pelo TCEMG, **opinitivo pela APROVAÇÃO DAS CONTAS do gestor responsável pelo Executivo Municipal de Arapuaá/MG, referente ao exercício de 2020.**

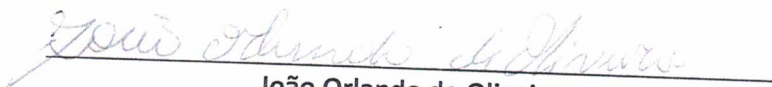
Informamos-lhe que, os documentos produzidos no Tribunal de Contas (relatórios, pareceres, despachos, ementa, acórdão) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo/nº.1103936.

Todos os documentos disponibilizados no Portal TCEMG foram impressos e encontram-se disponíveis para consulta por Vossa Excelência e todos os interessados, na Secretaria da Câmara.

Informamos-lhe que, de acordo com o artigo 345 do Regimento Interno da Câmara Municipal, o julgamento das contas municipais, pela Câmara Municipal, será feito dentro do máximo de 90 (noventa) dias após a data do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas. Portanto, desde já informamos-lhe que: **a data da Reunião prevista para o julgamento das contas é dia 06/06/2023, às 19:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Arapuaá/MG.** Caso haja alteração da data de julgamento, será oportunamente informado a Vossa Excelência.

Sendo o que nos cumpre neste momento, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Câmara Municipal de Arapuaá/MG, 22 de março de 2023.


João Orlando de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Arapuaá/MG

Enviado por
e-mail.

Exma. Dra. PROMOTORA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO PARANAÍBA/MG
SOFIA FRANGE MIZIARA OLIVEIRA